



Manifesto pela Cientificidade da Pesquisa Inferencial ¹

Rafael LUCIAN²

Faculdade Boa Viagem, Recife, PE

RESUMO

Produção de conhecimento é um elemento de importância central para a academia, e de mesma importância são os estudos epistemológicos e metodológicos. Na temática de construção do conhecimento proposicional em ambiente acadêmico, este ensaio teórico argumenta a favor da possibilidade de ser obter produtos científicos a partir de pesquisas de natureza inferencial. Neste sentido este ensaio teórico versa sobre a contribuição do conhecimento de pesquisas inferências que se submetem ao método para obter reconhecimento acadêmico. Após a argumentação teórica parece haver fundamento em se iniciar uma discussão sobre a cientificidade das pesquisas inferenciais.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa inferencial; método científico; lógica analítica; lógica sintética

1 Introdução

A produção de conhecimento é de interesse da academia, do mercado e da sociedade. Este item é tratado como primeira necessidade e há uma grande concentração de estudos que se dedicam a discussões epistemológicas e metodológicas. Ambas possuem o seu valor são tidas como essenciais no meio acadêmico, pois norteiam as bases para que o conhecimento possa ser construído.

Na prática o que observamos é que em algum grau o rigor científico é fiel da balança e julga o que podemos chamar de construção de conhecimento ou não. Neste sentido este ensaio teórico versa sobre a contribuição do conhecimento de pesquisas inferências que se submetem ao método para obter reconhecimento acadêmico (DUTRA, 2010).

É sabido que o conhecimento inferencial por si só, embora possa ser tido logicamente como verdadeiro, não é suficiente para atingir o rigor científico, ou parece não ser, já que sem critérios de método suas conclusões soam mais como proposição do que conclusão.

Sendo assim, considera-se a possibilidade de construção do conhecimento através de instrumentário inferencial racional ou empírico e questiona-se sobre seu papel na construção do conhecimento científico.

Na construção deste ensaio apresentam-se primeiramente as definições e ramificações da teoria do conhecimento e as definições de verdade e conhecimento inferencial, na sequência é discutida a teoria da justificação e suas principais vertentes

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

² Professor do curso de Publicidade e Propaganda da FBV. lucian@terra.com.br



racionalista e empirista. Por fim a questão levantada é retomada e à luz do referencial apresentado é realizada a discussão.

2 Referencial teórico

Como forma de aprofundar a discussão, os pontos teóricos referentes a teoria do conhecimento e da justificação são revisitados e apresentados nas próximas linhas.

2.1 Teoria do conhecimento

Teoria do conhecimento (TC) é o significado comumente atribuído à epistemologia e é definida como o ramo da filosofia interessado na investigação da natureza, fontes e validade do conhecimento. Entre as questões principais que a TC tenta responder estão, segundo Grayling (1996), o que é conhecimento, como é alcançado e como construir meios para defendê-lo contra o desafio cético.

Para Dutra (2010), as teorias da investigação devem ser abordadas a parte da teoria do conhecimento. Contudo, se de fato investigar não é próprio dos epistemólogos, resta uma preciosa pista na direção do que estas pessoas fazem: elas se preocupam com o conhecimento proposicional; ou seja, as pessoas criam sentenças declarativas que têm a função de descrever o estado das coisas. Assim com este feito, a epistemologia não se preocupa com o modo como foram criadas as sentenças declarativas, mas se preocupa com sua justificação, explicitando o conhecimento proposicional.

Independente de sua fonte, e isso é um arranjo extremamente importante dada à incapacidade de definição da origem das ideias, uma crença deve ser justificada para se tornar conhecimento. Entende-se por justificar, segundo Dutra (2010), a sustentação das opiniões e afirmações de forma não apenas convincente, mas imune a críticas razoáveis. Também para Oliva (2011), o conhecimento é proveniente de crenças que devem ser justificadas sob determinada lógica e residem em três tipos de aprendizado:

- Por aptidão. É quando o conhecimento é usado com o sentido de saber como fazer (*know how*). Este saber possibilita a realização competente de algo dispensando justificação por ser adquirido (ou inato);
- Por contato. É derivado do contato direto. Neste caso, Russell (2005) acredita estar o maior grau de certeza do sujeito para construir crenças ou proposições;
- Proposicional. É o conhecimento por descrição e sobre o qual se aplica a definição de conhecimento como crença verdadeira e justificada. Consiste em saber que condições são necessárias e suficientes para determinar o fenômeno.

Um conceito crucial para se discutir o conhecimento proposicional é o conceito de verdade e de sua produção. Este conhecimento é capaz de produzir verdades, porém, para que isso ocorra diversos critérios conceituais devem ser respeitados. por completude e por ser um termo de amplo uso coloquial é importante apresentar a sua definição acadêmica. Este é o tema da próxima seção.



2.2 Definição de Verdade

Verdade e falsidade são dois conceitos por demais mais utilizados em qualquer estudo científico, mas cujas definições são, certamente, de rara aparição, por assunção de que são conceitos já conhecidos por todos (de fato nem sempre são). A verdade objetiva ou subjetiva obedece a regras, como observado em Dutra (2010), que a tornam verdadeira ou falsa. Russell (2005) levanta três pontos necessários para o entendimento da verdade:

- A teoria da verdade deve ser tal que admita o seu oposto, a falsidade;
- A verdade e a falsidade são propriedades das crenças e dos enunciados;
- A verdade ou falsidade de uma crença sempre dependem de alguma coisa externa à própria crença, ou seja, são propriedades que dependem das relações das crenças com outras coisas, não de alguma qualidade interna das crenças.

A verdade, para Russel (2005), consiste em uma forma de correspondência entre a crença e o fato, sendo, portanto, de certa forma, externa a ambos e também à realidade; no entanto, também de forma coerente aos fatos, é firme na relação entre estes. Sabe-se que realidade e verdade são coisas distintas e o que as faz correspondentes é o conceito de coerência.

Por esse ângulo, é que em muitas questões científicas existem freqüentemente duas ou mais hipóteses que explicam todos os fatos conhecidos sobre algum assunto e embora em tais casos os cientistas tentem encontrar fatos que excluam todas as hipóteses exceto uma, não existe razão alguma para que sempre sejam bem sucedidos (RUSSELL, 2005).

Também na filosofia não parece incomum que duas hipóteses rivais sejam ambas capazes de explicar todos os fatos. Assim, jamais haverá garantia de que se conhece o mundo como ele realmente é, apenas se pode dizer que a verdade é compatível com o que dele se percebe e se fundamenta em um método.

A verdade, então, é uma crença justificada e o que se denomina crença ou juízo não é outra coisa a não ser a relação de acreditar ou julgar, que relaciona uma mente com várias coisas diferentes dela mesma. Um ato de crença ou juízo é a ocorrência entre certos termos em um tempo determinado da relação de acreditar ou julgar.

Em todo ato de juízo há uma mente que julga e os termos sobre os quais se julga (RUSSELL, 2005). Para maior clareza, admite-se que os objetos das crenças são dois termos e uma relação e que os termos são colocados numa certa ordem pelo sentido de acreditar. Deste modo, se os dois termos naquela ordem são unidos pela relação, a crença é verdadeira; se não, ela é falsa.

As crenças são fruto das mentes e dependem destas para sua existência (sem nenhuma conexão com a realidade ou conhecimento), mas as crenças não dependem da mente para serem verdadeiras (dependem exclusivamente de fatores externos, da percepção da realidade e de suas relações, já que o racionalismo puro não é suficiente).



Como se pode ver, a mente não cria a verdade ou a falsidade: cria as crenças; mas uma vez essas criadas, a mente não pode torná-las verdadeiras ou falsas, exceto no caso especial onde elas dizem respeito às coisas futuras que estão dentro do poder da pessoa acreditar. O que torna uma crença verdadeira é um fato e este fato não envolve de modo algum (exceto em casos excepcionais), a mente da pessoa que tem a crença (RUSSELL, 2005).

Desta forma se for mantida a noção intuitiva de verdade como uma espécie de acordo entre a crença e uma instância exterior (fatos), então pode-se ter opiniões verdadeiras de cuja verdade não se sabe, é o caso onde uma pessoa possui uma crença original verdadeira mas pelo fato de não ter sido justificada ainda deve-se assumir a dúvida (DUTRA, 2010).

Desapoiado dos dados primários, tudo que se constrói são crenças e não verdades. Sobre aquelas tudo pode se afirmar, sobretudo que são falsas. Já sobre as verdades que foram construídas sobre dados de métodos sem rigor, não é justo que sejam dadas como falsas; porém, não se podem tê-las como nada mais que crenças, pois não se deve confundir método com inferência.

2.3 Conhecimento Inferencial

Existem, para Oliva (2011), duas formas de se chegar a um conhecimento: através das construções lógicas ou através de inferência. Em comparação, a inferência é um processo mais simples de conhecimento, já que o uso da lógica requer um certo esforço intelectual, ao passo que a inferência é conhecimento de algo unicamente pelo sentido e pelo julgamento (consciente ou não).

Quando se considera uma inferência do ponto de vista psicológico, o que está em questão é o conteúdo das proposições envolvidas, seus significados, e não a forma lógica do argumento que resulta em colocar tais proposições em relação, que é a preocupação da lógica. Inferir um objeto a partir de outro é então supor que certos dados ou informações testemunham a existência do objeto inferido (DUTRA, 2010).

Fazer uma inferência é presumir a existência de um objeto a partir de poucas informações. Como as inferências podem estar erradas, busca-se um critério subjetivo e pessoal para se aceitar determinado conhecimento inferencial ou simplesmente substituí-lo por outro, sob o argumento de ser uma melhor explicação.

O erro de inferência é comum. Na verdade, pela intervenção dos sentidos chega-se a enganos de análises que levam a um conhecimento que não corresponde à realidade. Por este motivo, Russel (1994, p.149) afirma que "onde for possível, construções lógicas devem ser postas no lugar de entidades inferidas".

A estratégia de construção lógica de objetos, quando é possível, é vantajosa por representar uma saída evasiva para o problema de distinguir ficção de realidade. Mas, como nem sempre as construções lógicas são possíveis, às vezes, não há maneira de ampliar o conhecimento a não ser por meio de inferências. Nesse caso, o problema do critério para separar realidade de ficção permanece e a epistemologia deve também lidar com ele.



O conhecimento inferencial é a base dos tipos de conhecimento por aptidão e por contato (OLIVA, 2011). Como já foi dito anteriormente, estes conhecimentos não são acadêmicos pelo fato de não poderem ser transmitidos, eliminando a opção de difusão via publicações ou aulas. Esta talvez seja a razão da falta de crença de parte da academia nestes conhecimentos não-científicos. Fato é que para este trabalho, o objeto de estudo é o conhecimento proposicional, que é amplamente aceito pela academia de administração, a qual, a seu turno, também não aceita o conhecimento inferencial sem forte supervisão do método de pesquisa científico.

O conhecimento inferencial então pode ser tido como crença não justificada (já que as crenças não precisam ter suas origens conhecidas). Porém, a crença, para que se torne conhecimento, é necessário que passe por um processo de justificação.

2.4 Teoria da justificação

Epistemologia envolve lógica. Acima de qualquer posicionamento epistemológico está o fato de que a justificação deve obedecer a critérios lógicos, não inferenciais; assim, seja uma solução empírica ou racional a observação das regras é necessária.

Para se concluir que determinado sujeito acredita que uma proposição seja verdadeira existem alguns passos lógicos que podem ser seguidos, como exibido no quadro 1.

	1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa
1º Esquema	A proposição ser verdadeira	O sujeito acreditar que a proposição é verdadeira	O sujeito ter justificativas para acreditar que a proposição é verdadeira
2º Esquema	O sujeito acreditar que a proposição é verdadeira	O sujeito ter evidências adequadas de que a proposição é verdadeira	A proposição ser verdadeira
3º Esquema	A proposição ser verdadeira	O sujeito estar certo de que a proposição é verdadeira	O sujeito ter o direito de estar certo de que a proposição é verdadeira

Quadro 1: Passos lógicos da determinação da verdade proposicional

Fonte: Adaptado de Gettier (1963)

Este primeiro conjunto de esquemas de argumentos lógicos apresentados no quadro 1 foi aceito até a década de 1960, quando Gettier (1963) sugeriu que era possível que uma pessoa tivesse uma crença justificada em uma preposição falsa. Desta forma,



se a epistemologia depende de justificações, ela não é garantia de verdade. Observa-se que em todos os esquemas lógicos, os pontos em comum são a existência do sujeito, da proposição e da justificação.

Se forem incluídas outras proposições a qualquer esquema lógico do quadro 1, este permanece verdadeiro, mas a chance de se obter conhecimento falso com base em epistemologias verdadeiras cresce. Gettier (1963) afirmou que existe o conhecimento indireto, onde se acredita na proposição adicional que, pelo fato desta ter sido deduzida da proposição justificada P. De fato, o sujeito nunca justificou Q, mas crê em sua veracidade apenas por mecanismos lógicos.

Gettier (1963) ainda demonstrou que os raciocínios lógicos apresentados não são suficientes para se assumir algo, porque a dedução lógica não prevê eventos desconhecidos: "podemos conhecer algo, com efeito, ou só de vez em quando por uma feliz coincidência, acreditarmos que é verdadeiro" (RUSSELL, 2005, p.54).

Assim, Gettier (1963) afirma que não há garantias de se encontrar a verdade a partir da lógica epistemológica. Também para Russel (2005), a verdade não é necessariamente um conhecimento, pois, fica claro que pode ser deduzida de uma crença falsa, mesmo que o sujeito tenha fé.

Outro erro de lógica é conhecido como falácia. Nessas situações, conhecimento nenhum será gerado, pois mesmo que as premissas sejam verdadeiras, por falha na lógica, a conclusão não se segue das premissas. Então, para que haja conhecimento, as premissas devem ser verdadeiras e a lógica deve estar correta.

Diante da limitação apontada por Gettier (1963), houve a necessidade de se reformular a teoria da justificação E a partir de então assume-se que para que uma proposição seja verdadeira, basta que a lógica seja correta, ignorando-se a origem das premissas, pois não há como se ter certeza de que estas estão corretas, mesmo se verificadas por métodos científicos.

O fato de se ignorar as premissas não foi uma solução arbitrária. Russel (2005) demonstrou que essa fragilidade vem do fato de toda premissa ser uma crença elaborada a partir de um pensamento racional ou por meio dos sentidos, fincada em uma experiência associável a operações incertas. Assim, em princípio se assume que a construção racional é imperfeita e sempre restarão dúvidas sobre sua veracidade devido ao próprio argumento de Gettier (1963).

Já a construção experiencial, alternativa para a razão, também é tida como imprecisa devido a conhecida limitação dos sentidos que facilmente pode tomar eventos irreais como reais. Desta forma, Russel (2005) assume a incapacidade de se dar por verdadeiras as premissas básicas de qualquer construção lógica e denomina essas crenças incertas como opiniões prováveis.

Mas quando opiniões individualmente prováveis são mutuamente coerentes, tornam-se mais prováveis do que seriam cada uma individualmente. É desta maneira que muitas hipóteses adquirem certa credibilidade. Elas se organizam num sistema coerente de opiniões prováveis e, assim, tornam-se mais prováveis do que o seriam isoladamente (RUSSELL, 2005).



Embora seja automático pensar em experiências ao se falar de justificação, essa posição já foi questionada em especial por Descartes (2006), por quem o conhecimento era um exercício racional, exclusivo do intelecto e não dos órgãos sensoriais.

2.4.1 Racionalismo

O racionalismo consiste em tomar determinados conhecimentos supostos como verdadeiros e, a partir deles, provar teoremas, isto é, verdades derivadas, utilizando um procedimento seguro ou preservador de verdade (DUTRA, 2010).

Na visão moderna, o racionalismo se iniciou com Descartes enfatizando o pensamento racional rigoroso, que ele e os demais racionalistas desejavam aplicar à filosofia (DUTRA, 2010), no qual as demonstrações são feitas por meio de método axiomático e dependem da aceitação prévia das noções primitivas. O racionalismo é assim, explicitamente, o projeto de encontrar essas primeiras verdades e, a partir delas, por meio de um método axiomático ou dedutivo rigoroso, derivar outras verdades, fundamentando completamente o saber humano.

Descartes (2006) ignorou o exterior e buscou solução para tudo em seu interior, no que hoje se chama de razão, mas que para ele era a alma. A razão não é apenas fonte de verdades fundamentais, mas também algo dotado de capacidades ou faculdades, em última análise senso.

Inexiste no mundo coisa mais bem distribuída que o senso, visto que cada indivíduo acredita ser tão bem provido dele, que mesmo os mais difíceis de satisfazer em qualquer outro aspecto, não costumam desejar possuí-lo mais do que já possuem, pois já acreditam ser muito bem dotados do senso (DESCARTES, 2006).

Desta forma, o que é denominado bom senso ou razão, é igual em todos os homens e, assim sendo, promove a diversidade de opiniões, com base no fato de haver reflexão e pensamentos por caminhos diferentes considerando-se as mesmas coisas.

A reforma do saber, que tanto racionalistas quanto empiristas (posteriormente) empreenderam, visava, segundo Dutra (2010), a uma oposição à metafísica e a fundamentação da ciência moderna. Entendia-se que era nas ciências bem-sucedidas que o intelecto humano mostrava toda a sua capacidade.

Na sequência, percebe-se que é um pressuposto tipicamente racionalista a noção geral de que o ser possui faculdades cognitivas (como a sensibilidade, a imaginação, o entendimento e outras), as quais capacitam o ser humano a conhecer (determinadas coisas) e impõem restrições ou condições especiais (segundo as quais as coisas podem ser conhecidas). Os racionalistas acreditam que a estrutura do intelecto humano é rica em conteúdos (DUTRA, 2010).

A priori, então, Descartes (2006) duvidava de tudo, até que através de seu método, fosse comprovado que tal afirmação era verdadeira. Mas ele não se considerava cético, pois, para ele, os céticos duvidavam apenas por duvidar, sempre fingindo serem indecisos. Sobre os sentidos, o racionalismo considera que estes são falhos e nos enganam; desta forma, nada pode ser considerado como verdade a partir exclusivamente deles.

Sendo assim, a primeira afirmação que Descartes (2006) buscou confirmação, foi de sua própria existência. Porém, logo em seguida, percebeu que, ao mesmo tempo que queria pensar que tudo era falso, fazia-se necessário que a pessoa que pensava fosse alguma coisa. Assim, ao notar que a verdade célebre “eu penso, logo existo”, era tão sólida e correta que os questionamentos céticos não seriam capazes de lhe causar abalo, Descartes (2006) julgou que podia considerá-la o primeiro princípio da filosofia racionalista.

O aprendizado de Descartes com Euclides (1855) fica evidente quando aquele argumenta que a dedução, que permite conhecer as coisas, mesmo sendo certas, não são, por si mesmas, evidentes, mas podem ser conhecidas se forem deduzidas a partir de princípios verdadeiros e conhecidos por um movimento ininterrupto do pensamento, que possui uma intuição clara de cada coisa (DESCARTES, 2006).

Baseando-se na geometria que decompõe tudo em partes menores e conhecidas, a fim de facilitar o entendimento e manuseio, como ensinara Euclides (1855), Descartes fez o mesmo com os pensamentos, e os classificou (DUTRA, 2010), em:

- Ideias adventícias: aquelas que provem dos sentidos;
- Ideias factícias: aquelas produzidas a partir de outras ideias;
- Ideias inatas: aquelas colocadas por Deus nas pessoas e que estão, portanto, no entendimento humano antes de toda e qualquer experiência.

Entende-se que não interessa o conhecimento (mesmo que verdadeiro) adquirido por qualquer outro método que não seja o racional, exatamente como fez Euclides (1855), que apresentou seu raciocínio com a seguinte ordem: definições; axiomas; postulados; proposições. Neste modelo, cada elemento apresenta um grau mais denso de sofisticação teórica que o antecedente, tal que o nível final de redução chega aos axiomas e às definições das quais nada mais pode ser reduzido. A necessidade então dos racionalistas é de buscar sempre a verdade original que sustenta todo o sistema, denominado cogito. Como é visto na figura 2.



Figura 2: Sistema de construção do conhecimento racional.

Fonte: Adaptado de Euclides (1855).

Raciocínio similar possuem os empiristas, mas ao invés do cogito, eles buscam o fato, a experiência original. Em certo grau, pode-se entender a escola empirista como oposta à racionalista, embora, ambas sejam muito próximas e se utilizem de mecanismos muito parecidos para justificar as proposições, a diferença essencial é a origem do argumento de justificação, enquanto o racionalismo o busca internamente, o empirismo admite que ele deve ser captado pelos órgãos do sentido.

2.4.2 Empirismo

O empirismo foi uma importantíssima escola filosófica britânica que consolidou uma nova forma de se pensar o mundo. O mais proeminente autor desta corrente, que realmente marcou profundamente a história da epistemologia moderna, foi David Hume, empirista que lançou o maior desafio para a epistemologia: ser um empreendimento que visava à fundamentação do conhecimento empírico em geral, inclusive aquele que se encontrava nas ciências da natureza.

O desafio empirista retomou a linha de argumentação da tradição britânica dos nominalistas medievais, empiristas modernos prévios a Hume, que eram críticos do realismo platônico. Essa crítica se estendeu a toda metafísica e à ciência aristotélica (DUTRA, 2010). Os principais modelos de intelecto adotados pelos empiristas surgiram nas idéias dos seguintes autores britânicos:

- Hobbes, Suscitou que o conhecimento é tido como um processo iniciado fora do organismo humano, pela ação causal dos objetos externos sobre os órgãos dos sentidos e pela continuação desse processo, dentro do organismo, por meio de determinados mecanismos, inclusive a linguagem;
- Hume, Concentrou-se nos mecanismos (princípios) que permitem a aquisição de ideias e às relações entre elas;
- Locke. Assim como Hobbes, levava a linguagem em consideração, embora, como Hume, visasse à descrição dos mecanismos mentais que permitem adquirir ideias e combiná-las.

Um dos pontos principais do pensamento epistemológico empírico é a crítica à doutrina das ideias inatas de Descartes, em particular, às ideias metafísicas, como substância e essência, inclusive a ideia de Deus. O objetivo geral dos empiristas era mostrar que todas as ideias têm origem na experiência e que o entendimento possui meios pelos quais se pode combiná-las. Para os empiristas, ideias surgem da sensação, isto é, do sentido externo que permite interagir com o mundo.

A grande inovação da escola empirista foi inverter o fluxo das ideias racionais fazendo-as fluir de fora para dentro. Hume (2003) desafiou a capacidade de entendimento do mundo, quando afirmou que o hábito ofusca a verdade dos fatos e causa a influência da experiência ante a produção do conhecimento.



Um importante conceito para os empiristas é o de ideia, que é vista como tudo aquilo que está presente no entendimento (DUTRA, 2010). O termo mais geral empregado para este fim por Hume é percepção. As percepções se dividem, segundo ele, em impressões e ideias; as primeiras são as mais fortes ou vivazes; as segundas, as menos vivazes ou mais fracas. As ideias são mais fracas porque são cópias de impressões.

A maior contribuição de Hume são as formas pelas quais as idéias são combinadas. Ele usa o exemplo dos significados das palavras em línguas diversas para justificar seu pensamento sobre a influência das experiências. Entre os idiomas mais distintos, verifica-se que as palavras que exprimem as ideias mais complexas são, na maioria das vezes, correspondentes entre si, o que seguramente prova que as ideias simples, compreendidas nas ideias complexas, foram ligadas por algum princípio universal que tinha igual influência sobre toda humanidade (HUME, 2003), ou seja, existem ideias capturadas *in natura* que vêm diretamente das experiências pelos órgãos sensoriais e outras que se formaram através da associação delas.

Para Hume (2003) há somente três princípios de conexão entre as ideias, que são: de semelhança, de contigüidade - no tempo e espaço - e de causa ou efeito, como já foi dito. Entretanto, é difícil provar que essa enumeração seja completa e que não há outros princípios de associação.

Para as relações de semelhança a explicação é simples. Caso uma pessoa conheça uma dada forma, sempre que a vir no futuro, recordar-se-á da idéia associada à forma, mesmo que o original não esteja mais presente, pois se criou a capacidade de associar o conceito às formas que parecem semelhantes.

Contigüidade aproxima as ideias por tempo ou por espaço, embora as duas traduzam elementos independentes. De fato é possível que ao ver o sol em um dia quente e de céu limpo associe-se de imediato a ideia de mar. É uma associação de lugar, pois mar e sol compõem o cenário ideal para praia. Assim como pensar na sexta e lembrar do fim de semana é uma associação de tempo, já que os dias da semana são instâncias independentes.

Já a associação de causa é mais complexa e envolve associar a ideia a outras ideias análogas e conectadas por relações de antecedência e consequência.

Hume (2003) permitiu-se afirmar, como proposição geral, que não admite exceção, que o conhecimento dessa relação em nenhum caso se atinge por raciocínios a priori sem a assistência da observação e da experiência. Em síntese, nenhum objeto revela, pelas qualidades que aparecem aos sentidos, nem as causas que o produziram nem os efeitos que surgem dele nem pode a razão, sem a assistência da experiência, sacar inferência alguma da existência real e das questões de fato.

A mensuração é uma ferramenta de coleta de dados empíricos que pode ser utilizada na construção da verdade. Ao se apresentar uma proposição (crença) de origem inferencial ou teórica, ela não será denominada conhecimento sem que antes seja justificada. Os métodos de justificação são escolhidos de acordo com a epistemologia adotada pelo pesquisador, sendo que as escolas fundamentadas em algum grau no empirismo aceitam a coleta de dados como componente do processo de justificação.



O argumento da escola empirista permite que os mecanismos da pesquisa empírica sejam utilizados na justificação de proposições. Os dados coletados no campo são fragmentos empíricos que podem ser internalizados, alimentando, por exemplo, a associação de ideias proposta por Hume (2003).

3 Discussão

Há tempos é discutido quais rigores são necessários para se postular ou não uma verdade, é possível que por vezes qualquer esforço justificativo seja simplesmente negligenciado e fatos sejam solenemente substituídos por factoides, de forma involuntária ou não. Porém, isto está além de nossa capacidade interventora já que se tem os sentidos como principal colaborador e também suspeito do (in)sucesso das inferências.

A grande contribuição da escola empirista foi inverter o fluxo das ideias, que para os racionalistas essas deveriam vir de dentro para fora, e aos empiristas, em primeira instância, de fora para dentro. Não se perde de todo o argumento de Descartes (2006) e da escola racionalista, algumas de suas considerações como a forma de combinar ideias e o onipresente método axiomático (de origem euclidiana) ainda são válidos e amplamente utilizados. É verdade que pensar em uma ciência livre das experiências não é digna de atenção. Nem mesmo se considerarmos experiências da mesma forma como Descartes (2006). O que a escola empírica fez não foi apenas propor que as experiências de fato contribuem (e muito) para a formação de nossas ideias, eles, de fato, investigaram um pouco mais a fundo, e inclusive discutem como elas são organizadas, agrupadas, como o raciocínio participa do processo e como é possível ter ideias racionais (não puras).

E sendo assim, pode-se duvidar da existência de qualquer pesquisa que não seja empírica. Empírico como sinônimo de pesquisa de campo é realmente uma aplicação comum, assim como teórico para quando não há coleta de dados primários. O que realmente não é suficiente para classificar o texto como racional ou empírico, de fato texto racional não existe mais há tempos, e redundar que tudo é empírico é desnecessário. O questionamento é se em algum grau pode-se afirmar que pesquisa de campo é uma ferramenta melhor do que a inferência pura e simples.

O conhecimento então é construído sob o insumo que dispomos. Pesquisas com baixo ou nenhum rigor metodológico e diversas mentes com excelente capacidade para postar verdades (ainda que crenças por inferências). A característica particular é justamente a forma como a academia aceita as crenças como verdades (mesmo que não formalmente), e mais, como conhecimento.

Sem dúvida que um autor relevante em sua área tem liberdade para postar crenças como se fossem verdades e estas se tornam como tal para todos os propósitos práticos. Certa vez assistindo uma apresentação de alguém certamente influente entre os acadêmicos observei duas coisas, a primeira é que não houve nem sinal de rigor metodológico para coleta de dados primários, a segunda é que todos, inclusive eu, eram completamente incapazes de não concordar e não tomar aquelas crenças como verdades absolutas.



Sem dúvida mérito da argumentação, que sugere um método lógico particular, onde o conhecimento proposicional é construído sobre a capacidade de justificação de crenças, cada justificação bem sucedida leva o nome de verdade (sem que se observe os rigores lógicos clássicos de postulação da verdade).

A verdade pode ser justificada através de dois métodos, o analítico e o sintético. Há uma rachadura fundamental entre as verdades que são analíticas (fundamentadas nos significados independentemente dos fatos) e sintéticas (fundamentadas em fatos) (QUINES, 1951). Embora se possa afirmar que se reduzindo qualquer argumento analítico acabaremos em uma premissa sintética, existe ainda uma separação mais clássica, basicamente sintético para experiências e analítico para significados que surgiram a partir destas experiências.

Dizer que a chama queima após botar a mão no fogo é uma verdade sintética, mas nada se pode dizer sobre algo tão quente quanto o fogo que mesmo que não tendo chama também pode queimar, mesmo sem imaginar que objeto possa ser esse, é uma racionalização com mais força analítica que sintética. E esse tipo de verdade analítica é a que domina em diversas pesquisas acadêmicas. Mas não de forma puramente analítica.

Pela necessidade do pesquisador por exemplificar, é normal que ao se postular qualquer verdade analítica se utilizem exemplos que remetam obrigatoriamente a experiências. Dizer que a coleta de dados seguir a conclusão não é habitual é desnecessário. O que é interessante é que esse dado primário não tem a menor função analítica!

Em grande parte dos trabalhos, em verdade, ele é completamente desnecessário e surge como uma mera ilustração. Mas é bastante plausível que o argumento tenha sido construído a partir da experiência do autor com o objeto e que por alguma ou outra razão esse fato é omitido no registro textual e o que era verdade sintética torna-se analítica.

A omissão não é por descuido ou tentativa de se mostrar mais intelectual do que de fato é, surge mais como um novo estilo de justificativa de crenças. Há pesquisadores que estão em contato com seus objetos de estudo no dia-a-dia e não conseguem ao menos separar uma observação científica de registros desprezíveis de memória, afinal, a superexposição às diversas mídias já é material suficiente para análise. Seria hipocrisia reservar um método de observação científico para uma peça que se teve contato dezenas de vezes anteriormente.

É reforçado que não se trata então de uma verdade analítica. Ela é sintética, ou seria, já que não houve método rigoroso. Nem ao menos poderemos chamar de método esse conjunto de experiências diárias sem nenhum rigor científico. Então de fato o que há é uma formação de ideias a partir de experiências e para justificar essa ideia apoia-se a um suporte teórico, mas para aceitação acadêmica ela surge como analítica. Sendo assim, uma falsa analítica.

Pode-se então sugerir o nome de falsa analítica, pois na verdade sua gênese é sintética. E se não há rigor científico. É o que acontece com a maioria das pesquisas que mesmo sem o menor rigor na extração dos dados primários convencem de que suas verdades não necessitam de mais esclarecimentos, mesmo que às vezes se assemelhe mais a uma epifania que a um estudo científico.



4 Considerações finais

Perceber em determinada coisa alguma característica que depois se tornará seu objeto de estudo é inferencial. Minha ressalva é que esse processo não é consciente, ou pelo menos seu início não o é. Como dito, os pesquisadores estão inferindo dia e noite em frente à televisão, ao computador ou simplesmente caminhando na rua. E esse processo natural, em algum grau, é suficiente para receber chancela científica (mesmo que ainda na prática não o seja), há sim a necessidade de se explorar as possibilidades metodológicas que contemplem essa forma de conhecer.

Em primeira instância descarto essa prática como método científico portador de rigor (da forma como se entende classicamente rigor científico), mas não a descarto como possibilidade científica. Certamente essas crenças são tão convincentes que por vezes desafiado a negar sua veracidade analiticamente, me sinto incapaz. Demonstrando outra característica da lógica falsa analítica. Por mais que sua argumentação se mostre racional seu cerne é empírico e só por este método é capaz de contra argumentá-la.

Acredita-se que a submissão das pesquisas inferenciais ao método não colabora para construção do conhecimento se este for último ato, apenas justificador de se receber a chancela da ciência. É de fato conhecimento inferencial, travestido de método científico, que já nos serve de insumo. E essa conversão não se dá sem prejuízos, é possível sim que ao se emoldurar finde por distorcer e comprometer o conhecimento inferencial.

Sendo assim parece haver fundamento em se iniciar uma discussão sobre a cientificidade das pesquisas inferenciais. Este artigo representa um esforço primário neste sentido e não tem por pretensão concluir o debate. Acredita-se que futuros debates sobre o tema possam explorar essa possibilidade através de uma abordagem mais pragmática que suscite metodologias permissivas.

Certamente o conhecimento inferencial não será emancipado com tanta velocidade quanto se verifica seu uso nas pesquisas acadêmicas. É de fato uma grande barreira criteriar o real conhecimento inferencial de suposições infundamentadas, e a metodologia científica atual não oferece instrumentário capaz de auxiliar esse impasse sem emoldurar e deformar.

Referencias

DESCARTES, René. Discurso do Método. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo, SP: Editora Escala, 2006.

DUTRA, Luiz Henrique de A. **Introdução à epistemologia** / Luiz Henrique de Araújo Dutra. - São Paulo: Editora UNESP, 2010. 192p. ISBN 978-85-393-0054-9

EUCLIDES. Elementos. In: COMMANDINO, Frederico. **Dos seis primeiros livros, do undécimo e duodécimo da versão latina**. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1855.



GETTIER, Edmund L. **Is Justified True Belief Knowledge?** *Analysis*, Vol. 23, No. 6. (Jun., 1963), pp. 121-123.

GRAYLING, A C. **Epistemology**. Bunnin and others (editors); *The Blackwell Companion to Philosophy*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd, 1996.

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano**. Tradução: André Campos Mesquita. São Paulo, Editora Escala, 2003.

OLIVA, Alberto. **Teoria do conhecimento**. / Alberto Oliva, - Rio de Janeiro: Zahar, 2011. ISBN 978-85-378-0490-2

QUINE, Willard Van Orman. Main Trends in Recent Philosophy: Two Dogmas of Empiricism. **The Philosophical Review**. Vol. 60, No. 1 (Jan., 1951), pp. 20-43

RUSSELL, Bertrand. **Os problemas da filosofia**. Trad. Jaimir Conte. Florianópolis: 2005.